

Gabarito das Provas Objetivas do XIV Concurso para ingresso no MP-RO

QUESTÕES	ALTERNATIVAS				
	A	B	C	D	E
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					

QUESTÕES	ALTERNATIVAS				
	A	B	C	D	E
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					
51					
52					
53					
54					
55					
56					
57					
58					
59					
60					
61					
62					
63					
64					
65					
66					
67					
68					
69					
70					

JOSÉ OSMAR DE ARAUJO

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão do XIV Concurso

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

XIV CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE DIREITO
PENAL, PROCESSUAL PENAL E
SONEGAÇÃO FISCAL

QUESTÃO 01

Assinale a alternativa correta.

As normas penais em branco são:

- A. () as que dependem de aplicação analógica;
- B. () as que poderão ser aplicadas durante seu período de *vacatio legis*;
- C. () as normas incriminadoras de definição típica incompleta;
- D. () as normas referentes aos efeitos penais;
- E. () as normas em fase de elaboração legislativa.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa correta.

O princípio aplicado ao tempo do crime é o da:

- A. () atividade;
- B. () ubiqüidade;
- C. () especialidade;
- D. () subsidiariedade;
- E. () consunção.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa correta.

A ultra-atividade da lei penal consiste na:

- A. () retroação da lei penal mais severa;
- B. () aplicação de lei já revogada;
- C. () aplicação da lei penal brasileira a fato ocorrido fora do país;
- D. () ocorrência da *abolitio criminis*;

- E. () aplicação da lei posterior mais benéfica ao fato definitivamente julgado.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa correta.

Punibilidade é:

- A. () requisito do delito;
- B. () o dolo do sujeito ativo;
- C. () possibilidade jurídica de aplicação de pena;
- D. () a finalidade intimidativa da pena;
- E. () objeto jurídico do crime.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa correta.

O erro de tipo ocorre quando:

- A. () o agente, diante de erro, supõe inexistir a regra de proibição e supõe lícito o fato por ele cometido;
- B. () o agente supõe, por erro, que está praticando uma conduta típica quando o fato não constitui crime;
- C. () o agente é induzido, por terceiros, à prática de um crime;
- D. () o agente, por erro incidente sobre as elementares ou circunstâncias da figura típica, atua sem o elemento subjetivo do crime;
- E. () o agente pratica crime com dolo no antecedente e culpa no conseqüente.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa correta.

O crime de quadrilha ou bando se configura quando:

- A. () no mínimo quatro pessoas se associam para o cometimento de

- crimes;
- B. () três ou mais pessoas cometem crimes em continuidade delitiva;
- C. () quatro pessoas concorrem para a prática criminosa;
- D. () mais de três pessoas praticam um crime;
- E. () quatro pessoas ou mais, associadas para a prática delitiva, efetivamente cometem o crime.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa correta.

O agente convenceu uma menor de doze anos a acompanhá-lo até um matagal, onde ardilosamente, com a intenção de atentar contra sua liberdade sexual, fez com que ela se despiu. Quando estava prestes a ocorrer a realização da conjunção carnal, foi impedido pela chegada das amigas da vítima. Qual a infração penal cometida?

- A. () corrupção de menores;
- B. () tentativa de estupro;
- C. () tentativa de atentado violento ao pudor;
- D. () atentado ao pudor mediante fraude;
- E. () não cometeu infração penal.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa correta.

Constitui-se em condição para que alguém possa beneficiar-se da delação premiada em sede de crime de extorsão mediante seqüestro:

- A. () a participação de duas pessoas, incluindo-se o denunciante, no crime;
- B. () a prática, ainda que tentada, de extorsão mediante seqüestro;
- C. () denunciar a quadrilha à autoridade;
- D. () a simples delação à autoridade;
- E. () todas as alternativas são corretas.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa correta.

Elemento subjetivo do tipo é:

- A. () a comunhão da vontade livre e consciente com a ação necessária à prática delitiva;
- B. () assumir o risco da produção de

- um crime;
- C. () a finalidade especial que leva o agente à prática do crime;
- D. () a justificativa para a punição do agente, nos crimes preterdolosos;
- E. () o mesmo que culpa consciente.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa correta.

Desenvolvendo-se o fluxo causal de forma diferente da prevista pelo agente e, ainda assim, ocorrendo o resultado pretendido, estaremos frente ao:

- A. () *aberratio ictus*;
- B. () *aberratio a persona in personam*;
- C. () *aberratio causae*;
- D. () *aberratio criminis*;
- E. () *error in persona*.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa correta.

Havendo inversão no título da posse, teremos a configuração de:

- A. () apropriação indébita;
- B. () furto com abuso de confiança;
- C. () furto mediante fraude;
- D. () estelionato;
- E. () furto simples.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa correta.

Quanto ao local do crime, nosso Código adota o princípio da:

- A. () intenção;
- B. () atividade;
- C. () ubiqüidade;
- D. () eficácia;
- E. () resultado.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa correta.

- A. () a apresentação espontânea do acusado impede a decretação da prisão preventiva;
- B. () o juiz que decretou a prisão preventiva jamais pode revogá-la;

- C. () o despacho que decreta a prisão preventiva não precisa ser fundamentado;
- D. () o juiz pode decretar a prisão preventiva de ofício;
- E. () a prisão preventiva depende da audiência do Ministério Público.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa correta.

O recebimento da denúncia é um exemplo de:

- A. () decisão interlocutória mista;
- B. () decisão interlocutória simples;
- C. () decisão terminativa de mérito;
- D. () despacho de expediente;
- E. () nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa correta.

Se não for incluído quesito acerca da existência de circunstâncias atenuantes, o júri é:

- A. () nulo, só se houver manifestação da defesa no momento da votação;
- B. () nulo, só se a formulação do quesito for requerida pelas partes durante os debates e não acolhidas pelo juiz-presidente;
- C. () válido, por não ser quesito obrigatório;
- D. () nulo, por tratar-se de quesito obrigatório;
- E. () válido, na hipótese de o acusado ter sido condenado a pena superior ao mínimo legal.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa correta.

Se cometer uma infração eleitoral, o prefeito municipal será julgado:

- A. () pelo juízo criminal (de 1º grau) da respectiva comarca;
- B. () pelo juízo eleitoral (de 1º grau) da respectiva comarca;
- C. () pelo juízo criminal (1º grau) da comarca mais próxima;

- D. () pelo Tribunal de Justiça do Estado correspondente;
- E. () pelo Tribunal Regional Eleitoral, com sede na Capital do seu Estado.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa correta.

Considera-se sentença absolutória imprópria:

- A. () absolvição sumária;
- B. () concessão de **habeas-corpus**;
- C. () impronúncia;
- D. () que defere pedido de livramento condicional;
- E. () aquela decorrente da inimputabilidade do acusado.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa correta.

A denúncia descreve um roubo (reclusão: de quatro a dez anos - e multa); mas capitula o crime no art. 155 do Código Penal (reclusão: de um a quatro anos - e multa). Restou provada a prática do delito narrado na exordial. O juiz, na espécie, deve:

- A. () baixar os autos para que a defesa se manifeste no prazo de oito dias e produza prova;
- B. () baixar os autos para que o Ministério Público adite a peça inicial, corrigindo-a;
- C. () lavrar sentença condenando o réu pelo cometimento de roubo;
- D. () abrir, à defesa, prazo de três dias para produzir prova e arrolar até três testemunhas;
- E. () remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça para que o Chefe do **Parquet** delibere a tal respeito.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa correta.

Com o advento da Constituição Federal de 1988:

- A. () o Ministério Público tornou-se titular exclusivo da ação penal pública;
- B. () desapareceu a ação penal privada do Direito Processual Penal brasileiro;
- C. () mesmo manifestando-se o Ministério Público pelo arquivamento do inquérito, cabe a ação penal privada subsidiária da pública;
- D. () permanece a legitimação concorrente do magistrado e do delegado de polícia no que tange à iniciativa processual do rito sumário;
- E. () não há que se cogitar da ação penal pública condicionada.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa correta.

O acusado foi condenado por tráfico de entorpecente. Preso, sem direito a recorrer em liberdade, ele interpõe, via advogado, apelação. Durante o trâmite do recurso, o apelante foge do presídio. A consequência da fuga é:

- A. () nenhuma, a apelação deve ter o seu andamento normal;
- B. () processamento da apelação sem direito a apresentar razões;
- C. () paralisação do recurso até a recaptura do fugitivo;
- D. () só poderão ser apreciadas eventuais questões preliminares argüidas no recurso;
- E. () a apelação é julgada deserta.

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa correta.

No Juizado Especial Criminal, se o acusado não for encontrado para a citação, ele:

- A. () será citado por edital, prazo de 15 dias;
- B. () será citado por edital, prazo de 10 dias;

- C. () suspender-se-á o procedimento por 90 dias até a citação. Se não for o acusado localizado, ficará preclusa a fase preliminar - e poderá o promotor de Justiça, se convencido, oferecer a denúncia oral;
- D. () serão as peças encaminhadas ao juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei;
- E. () nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa correta.

O princípio do Promotor natural significa:

- A. () que o pedido de arquivamento de inquérito policial deve ser sempre acolhido;
- B. () que o Promotor não pode ser afastado imotivadamente do inquérito policial a ele distribuído;
- C. () a revogação do princípio da unidade e indivisibilidade;
- D. () que o Promotor não pode desistir do recurso interposto;
- E. () que o Promotor pode desistir do recurso interposto.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa correta.

O exame de insanidade mental do acusado, quando necessário:

- A. () é ordenado pelo delegado de polícia na fase do inquérito policial;
- B. () é ordenado pelo delegado de polícia em qualquer fase do inquérito policial ou do processo, mediante requerimento do Ministério Público;
- C. () é ordenado pelo Ministério Público em qualquer fase do inquérito policial ou do processo;
- D. () só pode ser ordenado pelo Juiz em qualquer fase do inquérito policial ou do processo;
- E. () só é cabível antes do oferecimento da denúncia ou da

queixa, a requerimento do defensor ou mediante requisição do Ministério Público.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa correta.

Com a promulgação da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990:

- A. () o prazo da prisão temporária (Lei nº 7.960/89), em caso de terrorismo, passou a ser de 30 dias, prorrogável pelo dobro do período, em caso de extrema e comprovada necessidade;
- B. () o prazo da prisão temporária (Lei nº 7.960/89), em caso de terrorismo, passou a ser de 20 dias, prorrogável pelo dobro do período, em caso de extrema e comprovada necessidade;
- C. () o acusado de tráfico de entorpecentes só poderá obter liberdade provisória mediante pagamento de fiança, que deverá ser estipulada em consonância com o valor da substância entorpecente;
- D. () o participante que comunicar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, gozará de imunidade;
- E. () nenhuma das alternativas.

DIREITO CIVIL, DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS E PROCESSO CIVIL

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa INCORRETA.

É anulável o ato jurídico:

- A. () quando possua vício resultante de erro;
- B. () quando for preterida alguma formalidade essencial;
- C. () quando possua vício resultante de simulação;
- D. () quando for praticado por pessoa relativamente incapaz;
- E. () nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 26

Assinale a afirmativa INCORRETA.

No que pertine à diferenciação entre a nulidade absoluta e a relativa:

- A. () o ato absolutamente nulo não produz qualquer efeito; o ato anulável produz efeitos até a sentença que o declare ineficaz;
- B. () o ato relativamente nulo pode ser alegado pelos interessados; o ato absolutamente nulo pode ser argüido por qualquer interessado, pelo Ministério Público e pelo juiz, de ofício;
- C. () o ato relativamente nulo admite ratificação; o ato absolutamente nulo não pode ser ratificado;
- D. () o ato anulável é imprescritível; o ato absolutamente nulo está sujeito à prescrição;
- E. () todas as afirmativas acima estão incorretas.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa correta.

A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor:

- A. () do credor que paga a dívida do devedor comum a qualquer um dos credores;
- B. () do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte;
- C. () do adquirente do imóvel hipotecado, que paga ao credor hipotecário;
- D. () as alternativas "a" e "c" estão corretas;
- E. () as alternativas "b" e "c" estão corretas.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa correta.

Entende-se que pereceu o objeto do direito:

- A. () quando perde as qualidades essenciais, ou o valor econômico;
- B. () quando se confunde com outro, de modo que se não possa distinguir;
- C. () quando fica em lugar de onde não pode ser retirado;
- D. () as alternativas "a", "b" e "c" estão corretas;
- E. () nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa INCORRETA.

No que tange à prescrição, pode-se afirmar que:

- A. () a prescrição pode ser alegada, em qualquer instância, pela parte a quem aproveita;
- B. () as pessoas jurídicas estão sujeitas aos efeitos da prescrição e podem invocá-la sempre que lhes aproveitar;
- C. () a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu herdeiro;
- D. () o juiz pode conhecer, *ex officio*, da prescrição de direitos patrimoniais, mesmo que não alegado pelas partes;
- E. () com o principal prescrevem os direitos acessórios.

QUESTÃO 30

Paulo e Maria viveram casados por mais de 30 anos. Cessada a vida em comum, pela morte de um deles, é incorreto afirmar que:

- A. () o sobrevivente terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do falecido, se este deixou filhos, caso o regime de bens fosse o da comunhão parcial;
- B. () o sobrevivente será herdeiro do falecido, à falta de descendentes, ascendentes e testamento, se o regime do casamento for o da separação obrigatória;
- C. () o sobrevivente nunca será herdeiro do falecido, caso o regime de bens seja o da separação total;
- D. () o sobrevivente terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da metade dos bens do falecido, se este não deixou filhos, mas deixou ascendentes, caso o regime de bens fosse o da separação total;
- E. () o sobrevivente pode ser contemplado, por testamento, com a metade disponível dos bens do falecido, qualquer que seja o regime de bens.

QUESTÃO 31

Assinale a alternativa INCORRETA.

Segundo as normas atualmente sistematizadas no Código Civil:

- A. () foi adotado o princípio da variedade dos regimes matrimoniais, exceto se contrariar disposição de ordem pública;
- B. () o regime da comunhão parcial de bens ficou consagrado como o regime legal;
- C. () foi adotado o princípio da imutabilidade do regime de bens estipulado no pacto antenupcial;
- D. () proibida ficou a estipulação, no pacto antenupcial, de regime misto, formado pela combinação das disposições dos diversos regime de bens tipificados na lei civil;
- E. () não pode o pacto antenupcial estipular que o marido está autorizado a vender bens sem a outorga uxória.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa correta.

- A. () a lesão ao direito alheio sempre constituirá ato ilícito;
- B. () a culpa *stricto sensu* se caracteriza pela violação de um dever que o agente podia e devia conhecer e acatar;
- C. () o Código Civil brasileiro adotou a teoria da responsabilidade objetiva; isto significa que é preciso que haja culpa para gerar a obrigação de indenizar;
- D. () como regra geral, a absolvição penal fundada na excludente de antijuridicidade não alija o direito à reparação de dano;
- E. () todas as alternativas acima estão incorretas.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa correta.

Relativamente ao instituto da adoção:

- A. () o tutor e o curador não podem adotar seu tutelado em nenhuma hipótese;
- B. () os tios podem adotar sobrinhos;
- C. () o estágio de convivência entre adotante e adotado é sempre exigido, em qualquer hipótese, para se avaliar a conveniência da constituição do vínculo;
- D. () em nenhuma hipótese se formalizará a adoção sem o consentimento dos pais;
- E. () todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa correta.

Após a realização do contrato, pretende o adquirente demandar pela evicção porque foi privado da coisa, que sabia litigiosa. Nesse caso:

- A. () pode demandar pela evicção;
- B. () pode demandar dependendo do objeto do litígio;
- C. () o adquirente sempre pode demandar pela evicção;
- D. () não pode o adquirente demandar pela evicção;
- E. () nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa correta.

No que pertine aos defeitos dos atos jurídicos:

- A. () é nulo o ato jurídico quando a declaração de vontade emanar de erro substancial;
- B. () se as partes contratantes procederem com dolo, não poderão alegá-lo para anular o ato, mas têm direito a postular indenização;
- C. () a coação exercida por terceiros não vicia o ato jurídico;
- D. () a nulidade dos atos simulados nunca poderá ser arguída por terceiros prejudicados ou pelo Ministério Público;
- E. () nenhuma das alternativas é correta.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa correta.

- A. () contratos reais são aqueles que se ultimam pelo mero consentimento das partes;
- B. () os contratos gratuitos podem ser anulados pela ação pauliana, independente de má-fé (*consilium fraudis*);
- C. () a regra geral, sem exceção, é que, no contrato de doação, o doador não responde pela evicção, nem pelo vício redibitório;
- D. () contratos consensuais são aqueles que dependem, para seu aperfeiçoamento, da entrega da coisa, feita por um contratante ao outro;
- E. () contratos comutativos são aqueles que, na dependência de um fato futuro e imprevisível, pode redundar em perda, em vez de lucro.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa correta.

- A. () cabe ação declaratória para obtenção de certeza a respeito de relação jurídica sobre a qual as partes transigiram;
- B. () cabe ação declaratória para mera interpretação do direito em tese;
- C. () cabe ação declaratória para fixar os alcances e limites da sentença;
- D. () cabe ação declaratória para decretar a certeza da existência ou inexistência de uma obrigação tributária, principal ou acessória;
- E. () nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa correta.

- A. () a autorização do juiz para que o tutor possa ingressar em juízo em nome do tutelado precisa ser expressa;
- B. () o curador especial limita-se a contestar a ação, não podendo

reconvir, argüir prescrição nem recorrer da decisão;

- C. () deve ser nomeado curador especial ao réu preso, que contesta a ação através de advogado constituído;
- D. () nos casos de réus indeterminados, citados por edital, há a necessidade de curador especial;
- E. () é obrigatória a nomeação de curador à lide ao executado citado por edital e que não comparece a juízo.

QUESTÃO 39

Assinale a alternativa correta.

- A. () a OAB tem legitimidade para impetrar mandado de segurança contra ato administrativo que considera lesivo à coletividade dos advogados;
- B. () a OAB tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em nome de advogado, visando à proteção de direito individual dele;
- C. () carece de legitimidade o partido político com representação no Congresso Nacional, para ingressar com mandado de segurança coletivo;
- D. () cabe mandado de segurança coletivo contra lei em tese.;
- E. () nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa correta.

- A. () a intimação do Ministério Público deve ser pessoal, correndo o prazo a partir da data em que lança o seu "ciente" e não da data de remessa do cartório ou do recebimento na repartição administrativa do Ministério Público, conforme decisão do STF;
- B. () a intimação feita por carta ao advogado considera-se realizada

na data de sua ciência, e não da juntada do aviso de recebimento aos autos;

- C. () não se admite a intimação da penhora com hora certa;
- D. () a data errada aposta na certidão de intimação por ser ato formal, nulifica o feito, mesmo quando não resulte prejuízos à parte;
- E. () nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 41

Assinale a alternativa correta.

- A. () consoante o ordenamento processual civil, prescreve em vinte anos a ação de investigação de paternidade;
- B. () consoante o ordenamento processual civil, a ação de petição de herança prescreve junto com a ação de investigação de paternidade;
- C. () consoante o ordenamento processual civil, prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação;
- D. () consoante o ordenamento processual civil, a ação de desapropriação indireta prescreve em quinze anos;
- E. () nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa correta.

- A. () a ilegitimidade "*ad causam*" é uma das condições da ação, e não deve ser conhecida "*ex officio*", mas sempre por provocação da parte, quando falar pela primeira vez nos autos, sob pena de ocorrer a preclusão;
- B. () a impossibilidade jurídica do pedido pelo meio processual utilizado é preliminar cujo exame antecede ao da de ilegitimidade passiva "*ad causam*", dado o caráter absoluto daquela em face do relativo desta;

- C. () ao autor desidioso, que deixa de promover os atos e diligências que lhe competirem e abandonar a causa por mais de trinta dias, sofrerá a pena de extinção do feito com o julgamento do mérito, decretada pelo juiz;
- D. () quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição, extingue-se o feito sem o julgamento de mérito;
- E. () nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa correta.

- A. () nas cautelares é cabível a tutela antecipada, vez que há julgamento de mérito;
- B. () é possível a compensação de tributos ou contribuições sociais através de tutela antecipada, vez que configura a ameaça de lesão irreversível;
- C. () é defeso ao juiz revogar a tutela antecipada, salvo mediante julgamento favorável de agravo de instrumento;
- D. () a tutela antecipada caracteriza-se pela provisoriedade, admitindo-se nos casos em que ocorra verossimilhança da alegação do autor, não pode ser concedida em ação declaratória, que objetiva a eliminação da incerteza do direito ou da relação jurídica;
- E. () nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa correta.

- A. () no caso de decadência do pedido, o autor não responde pela verba honorária;
- B. () a conexão, litispendência e a coisa julgada deverão ser alegadas na análise do *meritum causae*;

- C. () configura-se a conexão da ação de separação judicial movida pela mulher que imputa culpa ao marido e noutra ação, o marido que imputa culpa à mulher, com base em razões de fato e de direito distintas, e não a litispendência, que pressupõe identidade das *causae petendi* de ambas as demandas;
- D. () há litispendência entre o mandado de segurança coletivo e o mandado de segurança individual;
- E. () nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 45

Assinale a alternativa correta.

- A. () a desistência da ação principal obsta o prosseguimento da reconvenção;
- B. () quando houver matéria de alta indagação, o juiz poderá julgar a ação e deixar o julgamento da reconvenção para outro momento;
- C. () não se admite a reconvenção nas ações de conversão da separação judicial em divórcio;
- D. () a reconvenção poderá ser deduzida na própria contestação, independente das formalidades legais;
- E. () nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 46

Assinale a alternativa correta.

- A. () de regra, as ações civis públicas serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, mas havendo interesse da União e não havendo vara da Justiça Federal, desloca-se a competência para a Capital do Estado onde ela se encontra estabelecida;
- B. () o Ministério Público tem legitimidade ativa para promover

ação civil pública em matéria tributária, assumindo os interesses do contribuinte;

- C. () a ação civil pública poderá visar condenação em dinheiro ou compelir o réu à obrigação de fazer ou não fazer;
- D. () quando a ação civil pública for proposta por fundação, sociedade de economia mista ou associação de classe, torna-se desnecessária a intervenção do Ministério Público no feito;
- E. () nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 47

Assinale a alternativa correta.

- A. () ao marido, como chefe da sociedade conjugal, é vedada a possibilidade de pedir alimentos à mulher, que atua como colaboradora, mesmo quando preenchidos os requisitos legais;
- B. () o cônjuge inocente tem direito a alimentos, sem limitação no tempo, quando o casamento é anulado, mas declarado putativo;
- C. () o credor, que percebe alimentos de seu genitor fixados pelo juiz, fica impedido de pleitear novos alimentos junto a seus avós paternos, mesmo demonstrando que o valor percebido é insuficiente para sua manutenção;
- D. () a ação de alimentos a que se deu rito ordinário não comporta pedido incidental de reconhecimento de paternidade;
- E. () nenhuma das alternativas anteriores.

**PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL,
TRIBUTÁRIO, ADMINISTRATIVO, IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA E LEGISLAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa correta.

O federalismo brasileiro, diferentemente do que ocorre em outros Estados federais:

- A. () atribui competência legislativa apenas à União e aos Estados;
- B. () defere competências e rendas tanto à União, quanto aos Estados e Municípios;
- C. () não permite que os Estados intervenham em seus Municípios;
- D. () confere à União o poder de intervir nos Estados e em todos os Municípios;
- E. () não admite a criação de novos Territórios Federais.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa correta.

As normas constitucionais não auto-executáveis:

- A. () implicam numa exigência constitucional de ação;
- B. () equivalem a uma lacuna constitucional;
- C. () acarretam obrigatória declaração de inconstitucionalidade por omissão;
- D. () caracterizam dever constitucional de legislar;
- E. () podem ser regulamentadas pelo Presidente da República.

QUESTÃO 50

Assinale a alternativa correta.

No Brasil, o voto é:

- A. () uma função que deve ser exercida pelo cidadão em benefício do bem comum;
- B. () um direito que cada pessoa está livre de exercer segundo os ditames de sua consciência;
- C. () essencialmente um direito privado;
- D. () um favor do Estado concedido aos nacionais;
- E. () expressão da liberdade de ir e vir.

QUESTÃO 51

Assinale a alternativa correta.

O princípio da legalidade:

- A. () permite impor ao indivíduo obrigações **ex novo**, isto é, calcadas na vontade exclusiva dos detentores do poder;
- B. () não garante o particular contra os possíveis desmandos do Estado;
- C. () distingue o Estado absolutista das Monarquias;
- D. () decorre naturalmente da independência das 13 colônias norte-americanas;
- E. () representa o avanço do Estado de Direito, que subordina os comportamentos às normas jurídicas, das quais as leis são a suprema expressão.

QUESTÃO 52

Assinale a alternativa correta.

Na luta histórica entre a liberdade e o poder, entre o indivíduo e o Estado, as declarações de direitos:

- A. () representam o triunfo dos aliados contra os regimes totalitários na II Guerra Mundial;
- B. () constituem o grande marco divisório entre a Antigüidade e a Idade Moderna;
- C. () estão vinculadas ao triunfo do absolutismo;
- D. () marcam o início da democracia social;
- E. () são instrumentos jurídicos de limitação do poder estatal.

QUESTÃO 53

Assinale a alternativa correta.

O catálogo constitucional dos direitos sociais:

- A. () não é exaustivo, mas apenas exemplificativo;
- B. () é de aplicabilidade ampla, tendo por destinatários todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país;
- C. () é fruto das revoluções burguesas do final do século XVIII;
- D. () aplica-se também aos servidores estatutários;

- E. () constitui o produto jurídico da Revolução Industrial.

QUESTÃO 54

Assinale a alternativa correta.

O princípio da conservação e o princípio da compensação:

- A. () referem-se à liberdade de pensamento;
- B. () não permitem a desapropriação;
- C. () são garantias institucionais do direito de propriedade;
- D. () constituem primados do socialismo utópico;
- E. () permitem tão-somente a desapropriação por interesse social.

QUESTÃO 55

Assinale a alternativa correta.

É da competência do Senado Federal:

- A. () autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente nos crimes de responsabilidade;
- B. () processar e julgar o Procurador-Geral da República nos crimes de responsabilidade;
- C. () mudar temporariamente a sede do Congresso Nacional;
- D. () aprovar previamente, por voto secreto, a escolha de Ministro de Estado;
- E. () vetar projetos de lei oriundos da Câmara dos Deputados.

QUESTÃO 56

Assinale a alternativa correta.

No direito brasileiro, a lei ordinária pode ser conceituada como um ato complexo, porque:

- A. () é heterogênea a composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- B. () nenhuma lei pode ser aprovada sem a maioria absoluta dos membros das duas casas do Congresso Nacional;

- C. () o processo legislativo de que ela resulta compreende diversas fases dentro do Congresso Nacional;
- D. () para a sua elaboração convergem, necessariamente, duas vontades, a do Poder Legislativo e a do Poder Executivo;
- E. () todas as alternativas anteriores são corretas.

QUESTÃO 57

Assinale a alternativa correta.

A inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição de 1988:

- A. () será argüida em ação própria pelo Procurador-Geral de Justiça perante o Tribunal de Justiça;
- B. () será declarada somente *incidenter tantum*, sem efeitos *erga omnes*;
- C. () poderá ser objeto de representação do Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal;
- D. () poderá ser argüida *in abstracto* através de ação própria;
- E. () não admite o controle difuso.

QUESTÃO 58

Assinale a alternativa correta.

No campo das competências concorrentes da União e dos Estados:

- A. () a norma federal superveniente prevalece sempre sobre a norma estadual;
- B. () a norma local prevalece sobre a federal, no território do respectivo Estado;
- C. () a Constituição impõe limites materiais à lei federal e, conseqüentemente, à sua prevalência sobre a lei local;
- D. () o exercício da competência suplementar dos Estados depende de delegação explícita da lei federal;

- E. () a competência da União exclui a competência suplementar dos Estados.

QUESTÃO 59

Assinale a alternativa correta.

- A. () a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição de melhoria em razão do exercício do poder de polícia;
- B. () de acordo com o que se deduz do texto constitucional, a União, em hipótese alguma, poderá instituir empréstimo compulsório
- C. () pertence ao Município cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;
- D. () cabe à lei ordinária dispor sobre substituição tributária;
- E. () compete ao Estado instituir impostos sobre a propriedade territorial rural.

QUESTÃO 60

Assinale a alternativa INCORRETA.

- A. () a legislação tributária aplica-se a ato pretérito não definitivamente julgado se deixa de defini-lo como infração;
- B. () no que pertine à legislação tributária é correto afirmar que as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas são normas complementares das leis, dos tratados e convenções internacionais e dos decretos;
- C. () a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao órgão arrecadador, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato;

- D. () o sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei;
- E. () a capacidade tributária independe da capacidade cível das pessoas naturais.

QUESTÃO 61

Assinale a alternativa correta.

São sujeitos passivos dos atos de improbidade previstos na Lei 8.429/92:

- A. () empresas públicas, fundações de qualquer gênero, entidades assistenciais e entidades filantrópicas;
- B. () empresas públicas, fundações de qualquer gênero, associações para defesa dos interesses difusos e coletivos, paraestatais e autarquias;
- C. () empresas públicas, órgãos de imprensa, fundações de qualquer gênero, entidades assistenciais, paraestatais e autarquias;
- D. () órgãos da administração direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios, fundações públicas, empresas incorporadas ao patrimônio público e entidades para cuja direção ou custeio o Erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% de seu patrimônio ou receita anual;
- E. () empresas públicas, fundações de qualquer espécie, autarquias, paraestatais e entidades bancárias.

QUESTÃO 62

Assinale a alternativa correta.

São partes legítimas para propor as ações previstas na lei de improbidade:

- A. () apenas o Ministério Público;
- B. () apenas os órgãos públicos vitimados pelos atos de improbidade;

- C. () Ministério Público e os órgãos vitimados pelos atos de improbidade;
- D. () apenas as associações criadas para defesa da probidade administrativa;
- E. () todos os acima citados e, inclusive, os cidadãos em geral.

QUESTÃO 63

Assinale a alternativa correta.

A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa:

- A. () independem de efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;
- B. () independem de aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas;
- C. () dependem da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;
- D. () dependem da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas;
- E. () as duas primeiras alternativas estão corretas.

QUESTÃO 64

Assinale a alternativa correta.

- A. () com a alteração imposta pela emenda constitucional n.º 19, a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a possibilidade de pagamento da Administração Pública;
- B. () o servidor público estável perderá o cargo mediante processo administrativo apreciado pelo Poder Judiciário;
- C. () a proibição de acumulação remunerada de empregos e funções públicas não alcança as fundações;
- D. () o servidor público investido em mandato de Prefeito não necessita afastar-se do cargo;

- E. () em relação ao servidor público, a Constituição prevê inatividade espontânea, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

QUESTÃO 65

Assinale a alternativa correta.

- A. () apenas as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros;
- B. () embora as pessoas jurídicas de direito público respondam pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, só estará assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo;
- C. () as pessoas jurídicas não responderão pelos danos causados a terceiros, exceto no que pertine ao erro judiciário;
- D. () as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros;
- E. () nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 66

Assinale a alternativa correta.

- A. () embora, em princípio, haja obrigatoriedade da publicação de todo ato administrativo, admite-se o sigilo apenas nos casos de segurança nacional;
- B. () a Constituição Federal admite a dispensa de servidor público estável mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- C. () o dever de prestar contas alcança apenas os

administradores de entidades e órgãos públicos;

- D. () o poder discricionário é aquele que a lei confere à Administração Pública, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formação;
- E. () poder regulamentar é faculdade de que dispõe os Chefes de Poderes de explicar a lei para sua correta execução.

QUESTÃO 67

Assinale a alternativa correta.

- A. () a Constituição não prevê a utilização coativa de bens;
- B. () a Constituição prevê a utilização coativa de bens desde que o particular receba indenização *a priori*;
- C. () a Constituição prevê a utilização coativa de bens desde que precedida de autorização judicial;
- D. () a utilização coativa pode abranger bens móveis, imóveis e serviços;
- E. () nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 68

Assinale a alternativa correta.

- A. () nos termos estabelecidos pela nova ordem constitucional, é possível o despojamento compulsório até de direitos personalíssimos;
- B. () o poder de polícia é exercido, com exclusividade, pela polícia civil, que será auxiliada pela polícia militar;
- C. () a partir da Constituição de 88 não se faz mais necessário o reexame obrigatório das decisões proferidas contra a União;
- D. () os fundos especiais também subordinam-se ao regime da Lei 8.666/93;
- E. () por não se aplicar ao contrato administrativo a *exceptio non adimpleti contractus*, não é lícito

ao contratado cessar a execução do contrato mesmo que a omissão ou atraso da Administração no cumprimento das prestações a seu cargo lhe crie encargo extraordinário e insuportável.

E. () a Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Corregedoria Geral do Ministério Público.

QUESTÃO 69

Em relação ao Ministério Público é correto afirmar:

- A. () são princípios institucionais a autonomia funcional e administrativa;
- B. () que abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados;
- C. () que os Procuradores-Gerais nos Estados poderão ser destituídos por deliberação de 3/5 do Poder Legislativo;
- D. () que seus membros não gozam de vitaliciedade, posto exclusiva dos membros do Poder Judiciário;
- E. () que o Ministério Público da União tem por Chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Colégio de Procuradores, após aprovação de seu nome pelo Senado Federal.

QUESTÃO 70

Assinale a alternativa correta.

São órgãos da Administração Superior do Ministério Público:

- A. () a Procuradoria Geral de Justiça, as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça;
- B. () a Procuradoria Geral de Justiça, a Corregedoria Geral e as Procuradorias de Justiça;
- C. () a Procuradoria Geral de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça e a Corregedoria Geral do Ministério Público;
- D. () O Procurador-Geral de Justiça, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça;